

# Presença negra no sul do Brasil: as suturas na materialização da memória

*Black presence in southern Brazil: the sutures in the materialization of memory*

Gesualda Rasia<sup>1</sup>

*“Ele (o passado) é também uma força que nos habita e nos estrutura involuntariamente, o tecido do qual somos feitos.” (Régine Robin)*

## RESUMO

Neste trabalho me ocupo com o funcionamento dos espaços de contradição na tessitura da memória discursiva sobre a presença negra no Sul embranquecido do Brasil, presença que se marca como ausência pela negação, de parte de algumas posições, de que houve regime de escravidão. Marca-se como ausência também pelo modo como sujeitos negros e negras foram destituídos de seus arquivos e, ainda, pelo silêncio que não dá voz a esses sujeitos para que coloquem em cena suas narrativas. Como é próprio de trabalhos em Análise do Discurso (AD), a língua, como lugar em que se manifesta o funcionamento da ideologia, é o observatório dos discursos. Língua embebida da materialidade histórica, espaço de lacunas e polêmicas. O gesto de análise recorta, do interior de um arquivo de falas pretas, o depoimento de um ex-escravizado e o verbete de uma Enciclopédia, no qual é registrado, em terceira pessoa, a tragicidade de uma vida negra. Entre o dizer e o ser-dito pela voz do outro, emergem as suturas, o impossível da cicatrização de uma memória sempre lacunar e contraditória. Essa cicatriz histórica não cessa de se mostrar e produzir seus efeitos ante o esforço de superação da condição de não-pertencimento e de invisibilidade dos sujeitos negros.

Palavras-chave: *memória, sutura, negritude, narratividades, arquivos.*

## ABSTRACT

In this work I deal with the spaces of contradiction in the discursive memory weaving about the black presence in the whitened South of Brazil, a presence that is marked as absence by the denial, according to some positions, that a slavery regime really happened. It is also marked as absence by the way in which black people were

---

1 Universidade Federal do Paraná. Bolsista CNPq PQ II, processo no. 316890/2021-9

deprived of their own records and, in addition, by the silence that does not let these individuals bring their narratives to the scene. As is proper of works focusing on Discourse Analysis (DA), the language, as the place in which the workings of ideology manifest, is the site of observation. Language soaked in historical materiality, a space of gaps and controversies. Thus, the analysis extracts, from an archive of discourses, the statement of a former slave, as well as an encyclopedic entry, in which the tragic nature of a black life is registered. Between the saying and the being-said through the voice of the other, the sutures emerge, the impossible healing of a memory that is always incomplete and contradictory. The historical scar continues to show itself and produce its effects before the effort to overcome the condition of non-belonging and invisibility of black individuals.

Keywords: *memory; suture; Blackness; narratives, files.*

## Introdução

129

**N**osso olhar, neste estudo, volta-se sobre o fato discursivo da presença negra no Sul do Brasil, *lócus* este em que hoje sobressai a discursividade sobre a constituição étnico-cultural composta por imigrantes europeus e seus descendentes. As condições de produção históricas que derivaram essa configuração coincidem, em muitos aspectos, com aquelas que sustentam, hoje, discursos acerca da negação da escravidão, assim como da ausência dos sujeitos negros na constituição econômico-cultural do Sul brasileiro. Fazendo frente a essa memória que silencia e subverte, situamos nosso olhar acerca dessa presença a partir de um confronto com o estabelecido/cristalizado, atentando para os processos que instauram e marcam as suturas/cicatrices da memória como espaço de contradição. Para tanto, consideramos a emergência, no arquivo, da tessitura de narrativas que foram historicamente surrupiadas, colocando foco especialmente nos processos de reconstituição dos fios do dizer, dada a precariedade da voz do sujeito ex-escravizado nos documentos disponíveis. Nossa entrada no arquivo, a qual constitui nossos gestos de interpretação, se dá a partir de um relato oral de um sujeito ex-escravizado e de um verbete de enciclopédia, na qual narrativas negras têm espaço de privilégio.

## Entre o silenciamento e a ruptura: tessitura das narrativas negras

A ruptura do silenciamento é possível, em sua maior parte, porque houve e há movimentos de resistência negra, os quais dialeticamente são co-partícipes do estabelecimento de lugares de legitimação. Podemos citar, entre tantos acontecimentos históricos que compõem esse cenário, a Lei de Cotas, aprovada em 2012; a inclusão e obrigatoriedade, no currículo oficial de ensino, da temática “História e Cultura AfroBrasileira e Africana”, a partir do sancionamento da Lei 10639/03, em 2003, em alteração à LDB vigente; e o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, e instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

Acontecimentos dessa ordem reconfiguram a *teia enunciativa negra* nas redes de memória, concebendo a memória como

necessariamente, um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos [...] (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Quando falamos em *teia enunciativa negra*, queremos prestar relevância à peculiaridade da arquitetura discursiva em torno dos/as sujeitos negros/as, usualmente ditos pela voz do outro, especialmente quando se trata de escravizados ou ex-escravizados. Aparentemente frágeis, tal qual uma teia de aranha<sup>2</sup>, os dizeres que compõem essa narratividade revestem-se, contraditoriamente, de força capaz de resistência ao aparentemente óbvio sempre que tecem versões outras. Vale dizer que esse movimento é próprio da memória discursiva, como bem atesta Pêcheux: “E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro.” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Para pensar a relação entre o passado feito de silenciamentos e o presente ante o esforço de rupturas, situamos o debate teórico-analítico em torno da noção de *memória suturada*, como desdobramento da leitura de Robin (2016), obra em que a autora postula a *saturação* como *excesso (de memória) que nos invade hoje (e que) poderia ser apenas uma figura do esquecimento; inversão de signos, suspensão de um passado próximo, mas não pensado, não criticado, não decantado (...) indiferença ao passado.*

---

2 Segundo pesquisa da FAPESP, “Um fio de teia de aranha é mais forte do que um cabo de aço com as mesmas dimensões.(...) O segredo parece estar na conformação espacial assumida por segmentos de proteína chamados folha beta. Com a forma de um fole de sanfona, as folhas beta são mantidas por ligações químicas conhecidas como pontes de hidrogênio. Em geral consideradas fracas, as pontes de hidrogênio se unem firmemente quando confinadas num espaço ínfimo.” Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-segredo-da-for%C3%A7a/>. Acesso em 20/01/22.

Saturação, enfim, por causa dos fantasmas do “tudo guardar” que acompanham nossa imersão no mundo virtual. Congelamento geral, patrimonialização de tudo, de si mesmo, de seu corpo, de seus órgãos, de seus objetos. Paixão pelo arquivamento e pela conservação. (ROBIN 2016, P. 22).

A crítica de Robin ao excesso, pautada especialmente com relação à memória do Holocausto, problematiza, com propriedade, o esquecimento como avesso decorrente da produção de simulacros que acabam por constituir uma pseudomemória. *As cópias mais verdadeiras que o real* acabam, segundo a autora, por fortalecer os discursos negacionistas ante o Holocausto.

Diferente funcionamento tem, no Brasil, a memória da escravização negra, cujo negacionismo se opera a partir da falta, da ausência de testemunhos, ausência de arquivos, escassez de narrativas. Entre o excesso, discutido por Robin, e a falta, propomos a *sutura* enquanto vestígios linguageiros de uma tentativa de fazer cicatrizar a ordem da exclusão, do não pertencimento, no aspecto fragmentário dessa existência, no caso, das populações afro-brasileiras (RASIA, 2020). Estamos entendendo a *sutura* enquanto marcas na linguagem, fios do discurso que emergem como ponto de encontro entre a ordem do impossível, constitutivo do dano, e a do possível, instaurado pela falha na ideologia.

Partindo do entendimento da memória discursiva como recorte no interdiscurso, a partir das injunções operadas pela ideologia, podemos pensar a cicatriz da sutura como marca do que falta, sinal de que a evidência dos sentidos em torno da negação dos fatos reclama por outros sentidos, outra interpretação. É a “brecha na ideologia, que se abre pela corrosão dos sentidos dados como saturados”<sup>3</sup>, e nisso dando a ver as lacunas e silêncios.

É ainda Robin que nos auxilia a pensar nesse movimento avesso e significativo quando, em referência ao julgamento de Eichmann, ela afirma que aí se instituiu uma *cesura*<sup>4</sup> importante na economia da memória da Shoah em todas as partes do mundo. (ROBIN, 2016, p. 254). A escravização negra nunca gozou de julgamento, e nessa lacuna também se materializa a naturalização do fato histórico. Longe de comparar os dois acontecimentos históricos, podemos pensar na sutura como tamponamento inerentemente contraditório da ferida histórica que guarda as marcas da cesura-corte.

3 Afirmação de FERREIRA (2022).

4 O destaque é nosso.

**Entrevistador:** *Como era sua vida na fazenda, no tempo da escravidão?*

**Mariano:** Era trabaiano! De cedo à noite. Era no enxadão, de cedo à noite. Só largava de noite. Comendo em cuia de purungo; em cochinho de madeira. Racionado, ainda! Não era comida, assim como agora. Era os poquinho, os poquinho. E o feitor ali. Nós não tinha tempo nem de descansar as cadera, nem dez minuto que (como) agora. E o feitor, ali, como bacaiou – que agora dizem chicote – mas naquele tempo eles diziam bacaiou.

**E:** *Como era capturado o escravo que fugia?*

**M:** Ele fugia. Escondia. Os feitores saíam a campear. Pois é a mesma coisa que o senhor vai no mato fazer uma caçada. O senhor fecha (lança) os cachorros no rastro de uma caça. E o senhor fica esperando, cuidando. O cachorro tria (fareja) aqui, tria ali; tria aqui, ali. E até que acha a caça e traz pro senhor [...].

**E:** *O senhor alguma vez ouviu falar de algum quilombo?*

**M:** O quilombo no estado do Paraná. Vi falá [...] Eu vi falá que... Um dos chefes... não conheci. Porque a gente, nós saímo pra qui, pra ali, depois da Libertação. Porque naquele tempo não era tempo de batizado, nem de registro, nem de era, nem de data que nasceu. Era mesmo uma boiada no campo. Então, não tinha nem era. Então a gente não tinha liberdade de sair. É como eu tava explicando pro senhor inda hoje: que agora nós tâmo na glória [...].

**E:** *Os escravos sabiam que havia algum quilombo?*

**M:** Os chefes sabiam porque eles eram chefes, saíam. Porque nós não saía. Não podia sair. [...].

**E:** *Há quanto tempo o senhor está no Paraná?*

**M:** Fui nascido no Paraná e me criei no Paraná, na divisão com o estado de São Paulo. Mas, depois da Libertação, nós não tinha nada. Porque não tinha nada mesmo. Andava que nem passariño, voando.

Curitiba, Julho de 1982. O professor e historiador Mário José Maestri Filho coleta e registra em livro depoimentos inéditos de ex-escravizados brasileiros, entre eles, Mariano Pereira dos Santos, então internado, e já próximo ao seu centenário. O sr. Mariano, que viria a falecer logo após o

depoimento, produz um ponto de ruptura na historiografia da escravidão negra no Brasil, haja vista que se trata do sujeito da escravidão falando *sobre e a partir* (d)o lugar de escravizado. Como bem afirma Maestri, em outro artigo referente à pesquisa que gerou o depoimento, “as raras vezes em que escutamos a voz do homem escravizado, ela nos chega filtrada pelas instituições escravistas (documentos policiais, atos notariais etc).” (MAESTRI, 1983, p. 81).

Importante se faz apontar que no depoimento do sujeito da escravidão não há controle do dizer, tampouco isenção ideológica. A referência do evento histórico, pelo sr. Mariano, como *libertação*, permite-nos refletir acerca dos movimentos de interpretação possíveis a partir da referida designação. De uma parte, lembremos que nos discursos oficiais a designação *Abolição* é predominante. E embora seja significativa partícipe tanto dos favoráveis à escravização quanto dos contrários, é nome que ancora e sustenta também o discurso oficial de justificação/argumentos para o fim da escravização, discursos estes que silenciam os movimentos de resistência da população escravizada. De outra parte, a designação *libertação*, embora partícipe da enunciação do sujeito ex-escravizado, denuncia o espaço fluido da contradição, haja vista que o sufixo *-ção*, formador de nomes a partir da base verbal, faz funcionar o nome liberdade com caráter duplamente ativo-reflexivo e passivo: a) pôr-se em liberdade; b) dar liberdade a.

Em outras palavras, a ancoragem do feito é reportada, simultaneamente, ao escravizado e ao escravizador. E, sobretudo, oblitera a resistência negra. No escopo da narrativa do sr. Mariano, essa perspectiva de interpretação assume força quando ele afirma nada conhecer sobre os quilombos, e declara sobre a exclusividade dos chefes em torno desse saber. Os chefes seriam aqueles escravizados com poder sobre os demais, como os feitores e capitães-domato, e que, por conta de seus privilégios na estrutura escravagista, gozariam da possibilidade de ir e vir e, assim, organizar-se politicamente? Dificilmente, haja vista que, via de regra, esses eram coniventes com os interesses dos senhores escravagistas. Seriam, então, figuras que organizavam o movimento em meio aos escravizados? Muito provavelmente. Contudo, o que dizer sobre o desconhecimento do sr. Mariano sobre a mais emblemática forma de resistência negra? Ela não seria partilhada entre todos os cativos? O senhor Mariano guardaria algum receio de falar sobre?

A narrativa histórica oficial preenche os buracos produzidos pelos não-ditos com os nomes próprios *Lei Áurea* e *Princesa Isabel*, apagando ou opacificando as lutas e movimentos de resistência dos sujeitos negros/as, assim como as condições econômicas que pautaram o fim da escravização como ganho político no quadro histórico de então. A narrativa negra inscreve-se no espaço fluido em que negros/as se projetam, imaginariamente, como sujeito e objeto. Essa ambiguidade demarca, na linguagem, a falta de controle

do sujeito sobre seu dizer. O *nós escravizados* coloca-se e instaura-se ante o outro pelo qual usualmente sempre foi dito como, por exemplo, quando o sr. Mariano afirma sobre a *caridade da Princesa Isabel e de Dão Pedrinho* (p. 30).

Os sentidos do significante *caridade* vão, no entanto, esfacelando-se no fio do discurso que tece a narrativa da entrevista. Em outro excerto da entrevista, o sr. Mariano afirma que “depois da Libertação é que o povo foi ficando *alibertado*. Trabaiano para si”. (p. 34). A estrutura verbal de gerúndio, assim como o prefixo -a em *alibertado* põem em relevo a noção de processo. A narrativa do sr. Mariano é marcada por um “antes” e um “depois” da libertação. O roteiro da entrevista assim estrutura a temporalidade dos fatos no tempo da escravidão; contudo, o sujeito do discurso entremeia esse tempo com a ordem do depois, recortando significantes que recompõem rastros que materializam a contradição latente entre o ato de libertar e, simultaneamente, manter as condições de aprisionamento, de impossibilidade: “*Nóis não tinha nada. Saímos sem nada./ Então que fumo se colocando. Porque tábuas, para fazer a casa, era tirada a machado./ Trabaiano pra si./ Agora, no Hospital das Clínicas, é que eu calcei o que o povo calçava./ Porque nóis não tem recurso. Sem nada. (...) Tô sem servintia. Pronto de pedir esmola.*”

O recorte que operamos no depoimento do sr. Mariano tece a costura entre passado e presente, e não se trata apenas do tempo presente da entrevista, os anos 80. Antes, é síntese da atualidade, quando, na estrutura social brasileira, significativo número de sujeitos negros e mestiços encontram-se ainda em condições similares. Ex-escravizados saíram apenas com sua força de trabalho, já esgotada. Nenhum meio de produção material lhes foi concedido: “Daí, com meu pai, meus avô; eles compraram (talvez acamparam) num bando numa fazenda do estado do Paraná (...) – três dias que nóis ia pagar emposto de terra do Cerro Azul.” (p. 26).

Os fatos denunciam a condição de expropriação que conformou a memória, expropriação material mas também das narrativas, e o triste legado da condição desses sujeitos *sem data de nascimento, sem registro, sem batismo, sem era e sem-arquivo*. Essa designação, a de *sem-arquivos*, criada pela educadora Eliane Peres (2020), sintetiza e emblematiza os múltiplos traços que constituem a historicidade da condição negra no Brasil no enfrentamento social e racial. Aliados das condições pró-estabelecimento da cidadania no pós-abolição, esses sujeitos têm a desigualdade como ponto de partida na luta de classes: “*Nóis saímos pra qui, pra ali (...) era mesmo uma boiada no campo.*” (MAESTRI, 1983, p. 34).

A destituição material é o fator determinante dessa desigualdade, mas não o único. Junto a ela, atua fortemente a destituição simbólica, que subtrai dos sujeitos as condições de colocarem-se como cidadãos. No limite, subtrai-lhes as condições de colocarem-se como humanos que são. A recorrência das estruturas comparativas faz ressoar fortemente esse sentido: “era mesmo

uma boiada no campo.”/ “Até que (o cachorro) acha a caça e traz pro dono.”/ “Andava que nem passarinho.” É importante considerar que, se por um lado o sujeito que narra sua história não se coloca como humano que é, na linearização do seu discurso intervém, como fio organizador que estrutura a memória, a responsabilidade dessa destituição de parte do outro opressor. Nos três enunciados, as orações que comportam a comparação não têm sujeito em 1ª pessoa, pois este encontra-se elíptico, recuperável na oração anterior, ou o enunciado está construído em 3ª pessoa, como em “acha a caça e traz pro dono.”

Compreender o modo material de funcionamento e (re)organização da memória diz respeito, sobretudo, a colocar em causa as ausências constitutivas das narrativas sobre a questão negra. Diz respeito à entrada no arquivo a partir dos efeitos de sentidos produzidos por suas lacunas. Lembremos, aqui, de Pêcheux, para quem o arquivo é “[...] espaço polêmico de maneiras de ler, uma descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 1994, p. 55).

É assim que mobilizamos a linearização de uma memória acerca da presença negra no Sul, tecida a partir de fragmentos, dos quais trazemos, agora, parte de um verbete da Enciclopédia Negra, organizada por Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz (2021):

#### **Damásia: Século XIX, Castro, Paraná.**

[...] deve ter nascido em 1830, possivelmente filha de africanos que foram trazidos por tropeiros, passando por Sorocaba. Em 1850, Damásia era cativa de Inácia Maria. Com apenas 20 anos, era mãe do “pequeno João”. Ela resolveu fugir com o filho e para isso estabeleceu estratégias. Escolheu a noite do dia 12 de abril de 1850. Na manhã seguinte, Damásia já seria perseguida por capangas-do-mato. Acabou capturada dias depois [...].

Damásia sabia que a fuga tinha várias etapas. A primeira era evitar a imediata captura, permanecendo escondida em algum lugar. Depois era preciso procurar ajuda; podia ser empregada numa fazenda ou vila, talvez se passando por alguém livre. Caminhando pelas matas da região aconteceu, porém, uma tragédia. Seu filho João acabou sendo picado por uma cobra peçonhenta. Em desespero, Damásia “com o coração doendo lançou o corpo do menino João já sem vida no rio Iapó e se dirigiu rumo à cidade.” [...] (GOMES *et. al.*, 2021, p.145).

Esteves (2017) afirma que “listas de palavras, dicionários e enciclopédias já foram conhecidos como tesouros – do latim *thesaurus* –, depósitos do conhecimento em que era possível acumular informações valiosas: no sentido linguístico, histórico, científico, artístico” (p. 162). Salienta que embora *tesouro* não seja a designação corriqueira das enciclopédias, elas são também assim referidas, funcionando no imaginário social como fontes de conhecimento. Esse autor nos mostra, no desenvolvimento de sua pesquisa, como tal imaginário conforma as enciclopédias enquanto produção que se projeta como completa e suficiente:

As enciclopédias ocupam o lugar de fornecer os sentidos para que esse sujeito pragmático possa satisfazer as necessidades da vida cotidiana, possa saber aquilo que deve saber. Consultam-se, nas enciclopédias, verbetes relativos a tudo aquilo que se deseja saber. A enciclopédia se produz na ilusão de apresentar todas as respostas a tudo aquilo que o sujeito deseja conhecer. A falta desses saberes que circulam nas enciclopédias provoca ilusão de arriscar a felicidade do sujeito, ainda de acordo com o que propõe Pêcheux. (ESTEVEES, 2017, p.48).

O arquivo de Gomes, Lauriano e Schwarcz, na forma de enciclopédia, produz uma fissura/ruptura nesse imaginário de completude, especialmente porque põe em cena personagens negros, escravizados, os quais não são, usualmente, matéria de registro enciclopédico. Mas, essencialmente, também porque o faz de modo diferenciado. Não se trata de meros registros biográficos ou de dados com pretensão de feição objetiva, mas micro-narrativas que enfrentam as lacunas e ausências sem objetivo de equacioná-las. A fluidez dos registros nas datações e nomes, por exemplo, não tampona imprecisões; antes, confere visibilidade à natureza de sem-registros e sem-arquivos dos sujeitos à escravidão: “*deve ter nascido em 1830*”; “era mãe do *pequeno João*.”

O imaginário de completude joga, pois, com a falta constitutiva na conformação da narratividade que fixa nomes, fatos e datas. Os fios que tentam suturar os espaços não preenchidos atestam a inescapabilidade da contradição na ordem da memória nacional, tornando possível, dessa forma, que ela se reconfigure.

Se as narrativas oficiais de que dispomos, até então, sonegaram a perspectiva dos sujeitos escravizados, a narrativa enciclopédica torna possível um outro ponto de observação no olhar sobre a História, ainda que negros/as continuem sendo falados. Das fugas, por exemplo, sabemos, usualmente, pelos registros jornalísticos da época. O registro-narrativa presente na Enciclopédia Negra tece o relato da fuga na contramão do que os autores designam de “banalização” e sem conotação política. Ao argumento de

fuga por “inadaptação” às condições de vida a que eram expostos, Gomes *et al* (2021) acentuam a necessidade de projetos, planos e estratégias para as referidas fugas, com o importante detalhe, ainda, de que muitas vezes eram executadas por mulheres, cativas mães. Assim, podemos refletir acerca da relevância da prática da fuga, ao lado da organização dos quilombos e dos suicídios, como prática organizada de resistência à escravidão negra.

### Considerações Finais

Mariano conseguiu deixar seu depoimento, fragmento que compõe o mosaico das narratividades negras hoje e autoriza fazer ressoar o aspecto mais brutal da desigualdade no jogo de forças, a destituição do traço humano: “O senhor fecha (lança) os cachorros no rastro de uma caça”. Esse enunciado nos faz reportar a SOUSA (2020, p. 239), quando esta autora afirma que “os negros foram arrancados de seu lugar de origem, definidos como objetos e deslocados em navios superlotados...”. E, ainda: “os negros passaram a ocupar o lugar de coisa desumanizada a posição de peça a ser comprada, vendida, sacrificada e repostas.” (op.cit).

Enunciar/denunciar a cisão entre os sujeitos que os categoriza como humanos e não-humanos é fazer suturar as cicatrizes históricas, primeiro e essencialmente, pela possibilidade de narrar; depois, e também, por possibilitar que outras versões venham à tona, as dos sujeitos negros/as, tecendo narratividades que até então não emergiam nos fios legitimados.

A história de Damásia, de algum modo colhida e registrada, estrutura-se em terceira pessoa. Esse outro que narra dá visibilidade à humanidade da escravizada: “*Com o coração doendo*”<sup>5</sup>, Damásia lança o corpo do menino ao rio”. Humanidade essa que é destacada em seu aspecto paradoxal quando ancorada na perspectiva das narrativas dominantes:

No fim do processo, as próprias autoridades avaliaram que a mãe não tinha premeditado a morte do filho nem o jogado de propósito no rio. Ela só havia tomado essa decisão por puro desespero, ao perceber que ele estava morto. Paradoxalmente, alegavam ter percebido que Damásia ainda “sofria de sentimentos de humanidade”, por causa de sua reação diante da morte do filho. (GOMES et.al, 2021, p. 146).

A *humanidade* de Damásia, corporificada pelos autores da Enciclopédia Negra na metáfora do *coração doído* e pelos enunciadores das narrativas hegemônicas como *sofrimento inesperado*, ganha corpo no efeito de narratividade que inscreve a ordem do dizer na historicidade

5 O destaque é nosso.

negra, põe em tela sua versão e demarca o nó-atamento que produz suturas na relação entre a ordem da língua e a ordem da história-memória ressignificada.

Marianos e Damásias rompem séculos de silenciamento e fazem ressoar sentidos que jazem no limbo das coisas-a-saber. Não sem riscos, não sem enfrentamentos, não sem deparar-se com a lógica do absurdo da negação do escravismo brasileiro, passado ou contemporâneo, em pleno século XXI.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. *Discurso sobre alimentação nas enciclopédias do Brasil: Império e Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos *et al.* *Enciclopédia Negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MAESTRI, Filho, Mário José. “Documento”. *In: História, questões e debates: Revista da Associação Paranaense de História*. Ano 4, n. 6, Curitiba, Junho de 1983. (p. 81-97).

MAESTRI Filho, Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.

MEDEIROS, Vanise. *et.al.* *Almanaque de fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas, SP: pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. “Papel da memória.” *In: ACHARD, et.al. Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, Eni P. et al. (org). Gestos de leitura: da história nodiscurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p.55-66.

PERES, Eliane. A aprendizagem da leitura e da escrita entre negras e negros e escravizados no Brasil: as várias histórias dos „sem-arquivos. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 149-166, jan/abr 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/52701>.

RASIA, Gesualda dos Santos. Intolerância e resistência: a memória como tecido suturado. *Primavera de Pesquisas no Sul: discurso e resistência*, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PmAoeWpOJ24&t=2s>.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2016.